

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE BOTUCATU
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA**

MONIQUE SOARES DO NASCIMENTO

**MAPEAMENTO GEOGRÁFICO E ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU - SP**

Botucatu-SP
Novembro – 2015

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE BOTUCATU
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA**

MONIQUE SOARES DO NASCIMENTO

**MAPEAMENTO GEOGRÁFICO E ECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU - SP**

Orientadora: Prof.^a M^a. Maria Fernanda Martins

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
FATEC - Faculdade de Tecnologia de Botucatu,
para obtenção do título de Tecnólogo no Curso
Superior de Logística.

Botucatu-SP
Novembro – 2015

A Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio das diversas pessoas que o leram e fizeram as sugestões pontuais.

Agradeço, particularmente, a minha orientadora e professora Maria Fernanda Martins pela paciência na orientação, e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Paulo André de Oliveira e ao Prof. José Benedito Leandro, também, responsáveis pela realização deste trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

RESUMO

Com o intuito de compreender como é a distribuição das famílias beneficiadas e os benefícios distribuídos pelo Programa Bolsa Família – PBF foi feito um mapeamento geográfico e econômico das famílias beneficiárias no município de Botucatu-SP. O estudo busca analisar onde se encontra o maior número de famílias beneficiadas, por região e, também, onde estão localizadas aquelas em situação de extrema pobreza, para que, assim, possam dar subsídios para ser tomadas decisões para que o cenário atual possa ser modificado. Desta forma diminuindo o índice de famílias beneficiárias, visando melhorar a qualidade de vida das mesmas. Para a execução deste trabalho foi utilizado pesquisa bibliográfica, análise documental, coleta de dados, que foram organizados em tabelas e gráficos, utilizando também, a folha de pagamento do mês de abril de 2015 do banco de dados do Programa Bolsa Família – PBF, e o mapa dos bairros atendidos pelo Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. Conclui-se que a maior quantidade de beneficiários se encontra na região sul, conseqüentemente, a maior parte da renda destinada ao município, vai para a região sul. Por outro lado, podemos observar que 75,28% das famílias beneficiárias do PBF, na região oeste se encontram em situação de extrema pobreza, perfazendo o maior índice entre as regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento geográfico. Programa Bolsa Família. Extrema pobreza. Tomada de decisão.

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1 - Quantidade de bairros por região	33
2 - Distribuição percentual do valor total de benefícios do Bolsa Família distribuído na região de Botucatu.....	34
3 - Distribuição das famílias beneficiárias em porcentagem e por região, do Programa Bolsa Família em Botucatu.....	34
4 - Renda média distribuída pelo Programa Bolsa Família por região.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
1 - Famílias que recebem o benefício básico do PBF por região em porcentagem.....	35
2 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Central de Botucatu	37
3 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Leste de Botucatu	37
4 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Norte de Botucatu.....	38
5 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Oeste de Botucatu.....	39
6 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Sul de Botucatu	39
7 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado de todas as regiões de Botucatu.....	40

SUMÁRIO

	Página
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Objetivo	9
1.2 Justificativa e relevância do tema	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 O Programa Bolsa Família	11
2.1.1 Condicionalidades.....	18
2.2 Percepções do Programa Bolsa Família na sociedade.....	26
2.3 As mulheres e o Programa Bolsa Família	28
3 MATERIAL E MÉTODOS	30
3.1 Material	30
3.2 Métodos	30
3.3 Estudo de caso.....	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.1 Descrição dos dados globais.....	32
4.2 Análise dos benefícios básicos por regiões.....	36
5 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A - TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO CENTRAL ...	48
APÊNDICE B – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO LESTE	49
APÊNDICE C – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO NORTE	50
APÊNDICE D – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO OESTE	52
APÊNDICE E – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO SUL	53

1 INTRODUÇÃO

Segundo Reis e Silva (2011), o Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência direta de renda, tendo como objetivo apoiar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, garantindo a elas acesso aos serviços básicos e essenciais, como alimentação, saúde e educação. Em 2004, com a união de programas sociais como Bolsa Escola e Auxílio Gás, implantados no governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PBF tornou-se a principal política social de combate a pobreza e desigualdade no Brasil. Ainda segundo os mesmos autores, o programa exige que as famílias beneficiadas assumam o compromisso do cumprimento de condicionalidades, como a educação e a saúde. Para a saúde, o Responsável Familiar – RF deve manter o cartão de vacinação dos filhos de até 7 anos, atualizado. Na educação, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência mínima de 85% da carga horária. Já os filhos entre 16 e 17 anos devem apresentar frequência de no mínimo 75%. Ou seja, a criança ou adolescente com idade entre 6 e 17 anos, beneficiário do PBF, deve frequentar a escola para que toda a família se beneficie do programa.

Para receber esse benefício, as famílias devem estar cadastradas nos Programas Sociais do Governo Federal, por meio do Cadastro Único.

O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, utilizado por mais de 15 programas sociais do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos entre outros. (BRASIL, 2013, p. 07).

Os benefícios estão divididos em dois tipos: básico e variável. Para ter acesso ao benefício básico, a família deve ter uma renda per capita de até R\$ 77,00, considerado

situação de extrema pobreza. Já para ter acesso ao benefício variável a renda per capita deve ser entre R\$ 77,01 à R\$ 154,00, situação de pobreza.

O valor da transferência de renda depende da composição familiar, isto é, quantidade de filhos e faixa etária dos mesmos. Existe um valor fixo básico de R\$ 77,00 por família e um valor variável que depende da quantidade de filhos e da faixa etária dos mesmos. O valor fixado para famílias com filhos de até 15 anos é de R\$35,00 por criança. Já para as famílias com filhos entre 16 e 17 anos, o valor variável é de R\$ 42,00.

Segundo Pellegrina (2011), uma das possíveis soluções econômicas para diminuir a desigualdade de renda e diminuir a pobreza seria promover políticas públicas de transferência de renda para aliviar a pobreza.

Os Programas de Transferência de Renda se constituem um tipo de programa social. A segurança social de renda, de competência da Assistência Social, é operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho (PELLEGRINA, 2011).

1.1 Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo realizar mapeamento geográfico e econômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), no município de Botucatu, a fim de observar a distribuição dessas famílias nos bairros de cada região do município – norte, sul, leste, oeste e central, visualizar onde estão localizadas as famílias em maior condição de extrema pobreza.

1.2 Justificativa e relevância do tema

O estudo sobre mapeamento geográfico e econômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família, na cidade de Botucatu, tem como objetivo mostrar por regiões onde se encontra o maior número de famílias beneficiadas do PBF, e também onde se encontram as famílias mais carentes. Espera-se com isso, que a Gestão Pública possa ter mais informações que possam vir auxiliar na tomada de decisão do agente público, criando ações sociais como cursos de capacitação, em informática, artesanato entre outros, a fim de que as famílias

beneficiárias deixem de “depende” do programa e passem a ter sua própria renda. Este trabalho também pode possibilitar a ampliação de estudos ou criar novas alternativas para

O agente público, juntamente com o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS que é localizado nas regiões norte, sul, leste e oeste do município, e onde também é possível encontrar psicólogos e assistentes sociais para atendimento ao público em geral, tem o papel de reverter a situação de pobreza e extrema pobreza que se encontram as famílias que são beneficiárias do programa, melhorando ou até criando projetos e ações sociais para diminuir o número de famílias beneficiárias e assim consequentemente melhorando a qualidade e vida dessas famílias.

O trabalho do CRAS é fundamental, pois através de um acompanhamento dessas famílias beneficiárias, é possível implantar projetos e ou cursos de capacitação para que os membros das famílias possam ter algum tipo de qualificação e possam ter a chance de ir para o mercado de trabalho preparado, mudando, consequentemente, a realidade dessas famílias, para que deixem de “depende” do programa. Como afirmado por Reis (2011), o Programa Bolsa Família pode ajudar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e garantir a estas pessoas beneficiadas uma porta de saída da situação de pobreza em que vivem, portanto, não podem substituir as políticas públicas na área de educação, saúde, emprego e assistência social, que são quem pode reduzir as desigualdades sociais e produzir resultados positivos a médio e longo prazo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Programa Bolsa Família

As políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. O PBF tem se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país, embora não esteja isento de críticas ou problemas. Praticamente todos os países que conseguiram erradicar a pobreza absoluta e reduzir expressivamente seus níveis de desigualdade possuem políticas de transferência de renda. Isso ocorre porque, mesmo em economias de renda alta, há uma parte da população que não consegue, por razões diversas, ter sua subsistência assegurada pelo trabalho (MEDEIROS, 2007).

De acordo com Silva (2007) programas de transferência de renda não devem ser um mero mecanismo de gestão. Devem, sobretudo, garantir uma efetiva articulação da transferência monetária concedida às famílias com outros programas sociais (principalmente no campo da educação, saúde, e trabalho) e com uma política macroeconômica que garanta crescimento sustentável e redistribuição da renda e da riqueza socialmente produzida.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Brasil, 2013a), o Cadastro para Programas Sociais do Governo Federal apresentou um crescimento contínuo no número de famílias cadastradas. De 2006 a 2011 o crescimento foi de 46,9%, sendo que o PBF teve uma meta de atendimento ampliada de 10,9 milhões para mais de 13 milhões de famílias. Em setembro de 2011, havia 21,7 milhões de famílias registradas e ao considerar o perfil de renda familiar *per capita*, observou-se que 56,7% das famílias são extremamente pobres, e estas são público das ações e programas Plano Brasil sem Miséria.

Isso significa um passo importante no campo das Políticas Sociais, bem como a instituição de um programa mais justo, racional e eficiente, segundo discurso do Presidente da República no lançamento do Programa. Representa uma busca de melhor focalização no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, com o ajustamento do foco de atenção e o desenvolvimento de um processo sistemático de monitoramento e avaliação, além de permitir a simplificação de acesso aos benefícios (SILVA, 2007).

Segundo Resende (2006) há um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo das famílias pobres beneficiárias. O fato de os recursos serem prioritariamente destinados às despesas com alimentos, educação, produtos de higiene e vestuário em detrimento de itens como bebidas e cigarros, despesas diversas e bens duráveis significa que, em alguma medida, estes recursos estão sendo gastos de forma "eficiente". Afirma ainda esse mesmo autor, que é bastante provável que o aumento do consumo destas famílias eleva o seu nível de bem-estar, representando um "alívio" imediato sobre a pobreza. Deve-se ressaltar que o aumento do consumo para os itens especificados ameniza as adversidades destas famílias no curto prazo, mas também pode proporcionar efeitos no longo prazo.

Pires (2011), também relata que a transferência direta de renda visa promover o alívio imediato da pobreza. Já a saída da condição de pobreza e vulnerabilidade dar-se-á pelos dois outros eixos, quais sejam, o acesso a serviços públicos (como saúde e educação), sobretudo para os filhos dos beneficiários por meio das condicionalidades do programa, e pelos programas complementares. Estes últimos, que reúnem programas para alfabetização de adultos, qualificação e inserção profissional, formação de micro empreendimentos, concessão de microcrédito, estratégias de apoio à aquisição, construção ou reforma de unidade habitacional, entre outros, visam à qualificação do próprio beneficiário. Continua afirmando, esse mesmo autor, que vê-se, então, em relação às "portas de saída" pode-se notar dois sentidos. O primeiro diz respeito ao alívio da situação de pobreza, ou extrema pobreza pelo ingresso no Programa. O segundo sentido é o de porta de saída do próprio Programa ou da condição de pobreza por meio de acesso a políticas públicas

Para Barbosa (2012), o PBF é um dos programas que constitui as chamadas políticas de transferências de renda em nível Federal, "adotadas" em um contexto social hostil, que é marcado por profundas desigualdades sociais e que caracteriza o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, apesar de sua emergente ascensão em termos de desenvolvimento econômico.

O Brasil implantou o PBF em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, de 20.10.03, que foi convertida na Lei 10.836, 09/01/04. O mesmo é o resultado da unificação de

diversos programas sociais formulados nos anos 2000 (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás). O programa começou atendendo um número mínimo de pessoas em 2003 quando ainda constituía o denominado Bolsa Renda, implantado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2004, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, tais programas foram unificados (Bolsa Renda, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Vale Gás) por meio de um cadastro único do Governo Federal, que unificou esses benefícios no cartão cidadão e passou a vigorar como o Programa Bolsa Família, tendo também ampliado o número de vagas para famílias cadastradas. Inserido na Constituição Federal, está o artigo 5º, que discorre sobre prevê os direitos humanos ou direitos fundamentais. Nele está expresso que é dever do Estado garantir à sua população condições mínimas necessárias para uma vida digna. Para tanto, o governo deve investir em políticas denominadas distributivas de renda, com o propósito de atenuar as diferenças sociais e econômicas alarmantes entre a população, sendo o Programa Bolsa Família uma dessas políticas (BARBOSA, 2012).

Segundo Medeiros (2007) o PBF, vem se destacando por ser um dos maiores programas de transferência de renda que existe no Brasil comparado ao Benefício de Prestação Continuada – BPC- Loas, destinado a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, em ambos os casos com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. O programa apresenta uma ampla cobertura em relação à proporção das famílias pobres, apresentando valores superiores para as transferências monetárias para essas famílias mais carentes. Com relação a isso, o PBF apresenta implicações políticas e sociais muito maiores em relação ao Bolsa Escola, o que reforça que devem ser realizadas avaliações de impactos, que serve para compreender e responder as questões sociais associadas ao desenvolvimento. A importância de se ter uma análise completa das condicionalidades e seus efeitos tem como objetivo medir seus impactos sobre a pobreza e seus aspectos. E assim, considerado de forma abrangente, O PBF tem a capacidade de promover a inclusão social e criar condições para que as famílias beneficiárias saiam da situação de pobreza em que se encontram (RESENDE, 2006).

Para Medeiros (2007), o PBF também é o principal programa de transferência de renda no Brasil, e que discute aspectos institucionais, público atendido, sustentabilidade a longo prazo, grau de focalização, condicionalidades e os efeitos da transferência sobre a participação no mercado de trabalho. O Programa Bolsa Família – PBF também tem bom desempenho em comparações internacionais e apresenta um custo compatível com a capacidade orçamentária brasileira.

O processo de seleção dos beneficiários é feito pelos órgãos de assistência social dos municípios e a gerência fica a cargo do MDS. As operações de pagamento são feitas através da Caixa Econômica Federal e o recebimento da transferência é submetido a condicionais na área da saúde e educação – principalmente, frequência escolar, vacinação das crianças e acompanhamento pré e pós - natal de gestantes, de acordo com a composição das famílias beneficiárias (MEDEIROS, 2007).

Segundo Silva (2007) o PBF tem como foco a família, entendida como unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico e que viva sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros. O Programa também se propõe a estabelecer melhor focalização para enfrentamento da pobreza no país e objetiva simplificar o acesso aos benefícios, sob a coordenação do MDS.

Soares (2007) explica que a seleção dos beneficiários do programa é feita pelos municípios, empregando um método de comprovação de insuficiência de renda autodeclarada, ou seja, renda não certificada. Esse sistema de seleção tem sido alvo de críticas que consideram que a falta de comprovação de renda pode gerar erros na inclusão das famílias não elegíveis.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (2015) a gestão de benefícios é o conjunto de procedimentos e atividades desenvolvidos pelo governo federal e pelos gestores municipais na operação do Programa Bolsa Família, que garantem o pagamento dos benefícios às famílias. A gestão de benefícios compreende os seguintes procedimentos e atividades: habilitação de famílias inscritas no Cadastro único; seleção de famílias; concessão de benefícios, atividades de administração de benefícios (bloqueio, desbloqueio, suspensão, reversão de suspensão, cancelamento e reversão de cancelamento); revisão cadastral de famílias beneficiárias. A entrada de novas famílias no Bolsa Família depende dos procedimentos de habilitação, seleção e concessão.

Os benefícios das famílias que já estão no PBF estão sujeitos às atividades de administração de benefícios, como bloqueio, suspensão e cancelamento. A revisão cadastral é a ação realizada todos os anos pelo Programa Bolsa Família que verifica se as famílias com cadastros sem atualização há mais de dois anos continuam atendendo às regras para recebimento do benefício (MDS, 2015).

Segundo Pires (2011), os órgãos responsáveis pelo acompanhamento do Programa, notadamente as prefeituras, passam a ter o compromisso com aqueles que seguem de forma fidedigna as exigências. Além de gerar a sensação de reciprocidade, as condicionais

auxiliam na legitimidade do Programa, pois, geram a sensação de que o benefício não está sendo oferecido de graça, mas em contrapartida ao cumprimento de exigências.

Segundo Abreu (2011), uma das questões centrais mais importantes que giram em torno do PBF é a junção do Programa com políticas estruturantes como Saúde e Educação. Ou seja, é necessário analisar se de fato essa relação tem se realizado de forma eficiente na vida das famílias beneficiárias. Nesse sentido, é importante lembrar que a obrigatoriedade de frequentar escolas e postos de saúde para realizar os acompanhamentos exigidos como condicionalidades não são suficientes para alterar a pobreza.

Segundo esse mesmo autor, umas das questões mais relevantes do programa são as condicionalidades, no sentido de que se as famílias cumpram-nas no âmbito da saúde e educação. Assim, além de terem direito ao benefício, também terão maior possibilidade de terem um retorno econômico no futuro devido ao grau de escolaridade.

Porém, segundo ainda Abreu (2011), nessa situação não se analisa se a qualidade que é oferecida no ensino, e se de fato essas crianças têm sido preparadas para o mercado de trabalho no ambiente de sua formação. Além disso, há também a questão da qualidade dos serviços de saúde que são prestados aos beneficiários. Foi constatado pelos próprios beneficiários que esses serviços são precários e não atendem as suas necessidades. É necessário acima de tudo ampliar, democratizar e melhorar os sistemas educacionais municipais e estaduais, assim como o sistema público de saúde, para que isso ocorra eficientemente (ABREU, 2011).

Para Silva (2007), além da transferência de renda, o programa propõe o desenvolvimento de ações complementares no campo da educação, saúde e trabalho. Isso para possibilitar que crianças e jovens de seis a quinze anos tenham acesso às escolas e aos postos de saúde e; os adultos da família, acesso à alfabetização, capacitação profissional, pequeno crédito, além de serem oferecidas ações de saúde para mulheres grávidas. O intuito do PBF é contribuir para melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias, em relação a serviços básicos e essenciais.

Pires (2008) define os programas de transferência de renda como programas sociais que permitem a intervenção governamental na economia, causando efeitos imediatos e servindo também como instrumento de combate a pobreza. Para que se tornem eficazes é preciso que a população visualize o problema e, partir disso queira combatê-lo, o que se reflete nas condicionalidades.

Um dos argumentos que tem sustentado a implementação do PBF, segundo Silva e Silva (2006), é que a baixa formação educacional das famílias constitui um fator determinante

na impossibilidade de elevação da renda dessas famílias. Essa situação acaba gerando um ciclo vicioso da pobreza nas gerações, determinando a pobreza do presente e reproduzindo a pobreza no futuro. Por isso, os programas de transferência de renda são implantados, para definir uma compensação financeira para as famílias mais pobres para que possam permitir que seus filhos frequentem a escola e postos de saúde e tenham uma capacitação profissional, sem a necessidade do trabalho infantil. Segundo esses mesmos autores, o objetivo é criar condições para que a família consiga romper o ciclo reprodutor da pobreza, tendo em vista a autonomização das famílias mais pobres. Constitui-se em um programa estratégico, orientado pelos objetivos de combate à fome, garantia do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, educação, assistência social - e contribuir para a emancipação das famílias para que possam sair da situação de vulnerabilidade.

Afirmam ainda Silva e Silva (2006), que a definição de condicionalidades para o acesso a programas sociais torna-se um fator gerador de críticas na medida em que a assistência se afirma na, sociedade brasileira, como um direito constitucional universal. Por outro lado, temos a confirmação, a partir de várias fontes, da obtenção de melhorias no acesso da população pobre aos serviços sociais a partir da entrada e vigor do programa. O PBF também se propõe a estabelecer foco para melhor enfrentamento da pobreza no país. O objetivo é simplificar o acesso aos benefícios e elevar o valor monetário transferido para as famílias (SILVA; SILVA, 2006).

Segundo Rocha (2012), a tendência dos países ricos, consiste em adotar a linha de pobreza relativa, vinculada ao projeto de distribuição de renda, uma vez que as necessidades mais básicas, como as nutricionais, já não representam um problema, mas são necessidades garantidas. Os poderes públicos, com a intenção de combater os problemas da pobreza e da desigualdade social, realizaram a implantação de políticas cujos efeitos, em termos de ofertas de serviços públicos e benefícios sociais, não podem ser mensurados através da renda.

O Governo Federal segundo Ferraz (2008) desenvolveu uma série de programas nos últimos tempos que buscam erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e promover o bem-estar social. Grande parte da população brasileira encontra-se na linha da pobreza ou abaixo desta, o que significa, para essa população, que o benefício vindo destes programas seria a única fonte de renda.

Segundo o MDS (Brasil, 2013a), o tamanho médio das famílias beneficiárias é um pouco maior que 3,8 pessoas e quando calculado o tamanho médio das famílias por perfil de renda, observa-se que aquelas em extrema pobreza são maiores que as de baixa renda.

Os responsáveis pela unidade familiar são predominantemente pessoas do sexo feminino. Entre as famílias beneficiárias do PBF, a proporção é ainda maior, alcançando 93,1%. A idade média do Responsável pela Unidade Familiar é de 41 anos (BRASIL, 2013a).

Segundo Pires (2011), quanto ao grau escolaridade dos responsáveis familiares, nota-se que mais de 60% deles possuem o fundamental incompleto ou são analfabetos. Já em relação aos domicílios, 17,2 milhões se encontram em áreas urbanas, o que representa 79,4 % dos domicílios cadastrados. Destes, 9,3 milhões estão em situação de extrema pobreza. Na área rural havia 4,4 milhões de domicílios, dos quais 2,9 milhões estão em situação de extrema pobreza. Portanto a situação de extrema pobreza está mais concentrada em áreas rurais que nas urbanas.

Para Pires (2011) o gasto mensal é maior entre as famílias cadastradas do que entre as famílias beneficiárias. As despesas mais citadas pelas famílias são: alimentação, higiene e limpeza; gás, carvão, lenha e energia elétrica. O impacto do PBF na renda familiar per capita é bem expressivo, o que garante alívio imediato da pobreza, elevando os níveis de pobreza.

De acordo com Pires (2011), os pais anseiam em estudar para ter uma vida e futuro melhor para si e para os filhos, porém, encontram empecilhos financeiros e estruturais, ou seja, no momento em que buscam estudar se vêem impedidos pela falta de dinheiro em pagar cursos ou até mesmo transporte para chegar aos locais em que são oferecidos cursos gratuitos; as mães ficam impedidas de trabalharem por não haver creches suficientes para deixarem seus filhos.

De acordo com Ivo (2008) deve-se destacar a relação com o mercado de trabalho como forma de superar a situação de pobreza. Desta maneira, é preciso que os beneficiários tenham a possibilidade de se qualificar para conseguir empregos mais bem remunerados e negar trabalhos que os coloquem em situação degradante. Ou, no caso dos filhos dos beneficiários, uma vez tendo ampliado seu capital humano por meio do acesso aos serviços de educação e saúde, teriam maiores possibilidades de ingressar no mercado de trabalho e gerar renda.

É possível notar que o Programa busca a saída das famílias da pobreza em duas etapas. Num primeiro momento, as famílias sairiam da situação de pobreza imediata para, num segundo momento, se emanciparem do Programa, e assim não dependerem mais do benefício. A primeira intenção do Programa Bolsa Família está em andamento e alcançou o número de famílias inicialmente programado. A segunda etapa precisa ser aprimorada, através da conjugação de várias políticas públicas (PIRES, 2011).

Ao longo dos últimos anos, a quantidade de famílias cadastradas no PBF tem aumentado, como quantidade de famílias com perfil de renda familiar de até meio salário mínimo também. Isso contribui para que esses registros seja um instrumento fundamental para implantação de políticas focadas na parte mais pobre da população. A ampla quantidade de informações que compõe a base de dados do Cadastro Único permite saber as características das famílias cadastradas. Portanto, a utilização dessas informações pode auxiliar no planejamento e implantação de políticas voltadas para as necessidades específicas de cada território (BRASIL 2013a).

2.1.1 Condicionalidades

Segundo Medeiros (2007) o objetivo da imposição das condicionalidades para receber o auxílio do PBF é o alívio da pobreza em curto prazo e o combate a sua transmissão entre gerações. No entanto, o cumprimento das condicionalidades é dado como responsabilidade para as famílias. Tem como objetivo aumentar a procura por serviços sociais, tende a aumentar o acesso da população mais pobre a direitos sociais, incentivando melhorias na oferta dos mesmos. O programa também exige frequência escolar de 85% das aulas para crianças e implantou um sistema que é acompanhado e alimentado pelos municípios e transmitido ao Governo Federal, para que se apliquem advertências e sanções no caso de descumprimento das condicionalidades. Segue, ainda, o autor afirmando que quando uma família descumpra as condicionalidades do programa, são aplicadas penalidades que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família, registrado no Sistema de Condicionalidades – SICON.

SICON, segundo o MDS (2015), é o sistema que tem o propósito de apoiar a gestão intersetorial local do PBF que integra as informações dos vários sistemas do PBF, tais como Cadastro Único, Sistema de Benefícios ao Cidadão, Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, os quais estão relacionados aos processos de cadastro, gestão de benefícios e acompanhamento das condicionalidades. É por meio do SICON que o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o benefício de determinada família.

Com relação aos efeitos do descumprimento, o MDS (2015), explica que a pena de Advertência é quando a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir algumas das condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício. O Bloqueio do benefício pode ocorrer por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova

parcela. Suspensão, o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período. E o Cancelamento a família deixa de participar do PBF.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quando o descumprimento ocorrer por motivos em que cabem justificativas, seja por alguma situação ocorrida na própria família, seja por erro no registro dos dados de acompanhamento, o beneficiário pode entrar com recurso junto à gestão municipal do Bolsa Família, com a finalidade de reverter o efeito aplicado. O recurso tem prazo para ser apresentado que é até o último dia útil do mês seguinte ao da repercussão. Ele deve ser registrado e avaliado pela gestão municipal no SICON. A atividade deve ser feita pelo Gestor Municipal do PBF ou por outro profissional indicado por ele. Caso o recurso seja aceito, o último efeito de descumprimento é anulado e a família poderá, se for o caso, receber o benefício financeiro referente a esse período (MDS, 2015).

O acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, segundo Sousa (2009), é realizado de forma conjunta pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), da Saúde e da Educação. Desta forma, cabe às Secretarias Municipais, encarregadas de indicar um responsável técnico profissional de saúde para coordenar e acompanhar as famílias do programa, promover a inscrição destas, garantir o apoio técnico e institucional para a gestão local do programa, dispor sobre as normas no sentido de promover a oferta do programa, monitorar as condicionalidades do Programa referentes à saúde e capacitar as equipes de saúde.

Estudos feitos recentemente, sobre avaliação de impacto, mostram os resultados principais sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na educação, indicando que as crianças atendidas pelo programa têm menor probabilidade de faltar um dia de aula por mês, em comparação com crianças que não recebem o benefício. A probabilidade de as crianças beneficiárias abandonarem a escola também é pequena, ficando comprovado que programas de transferência de renda têm efeitos positivos sobre a escolaridade das crianças. (MEDEIROS, 2007)

Medeiros (2007) relata, ainda, que em muitos casos, as condicionalidades de saúde e educação apenas reforçam algo que os pais já são obrigados — legal ou socialmente — a fazer por suas crianças: enviá-las à escola, vaciná-las e cuidar de sua saúde. O PBF ao distribuir a renda baseada em cumprimento de condicionalidades propõe um desenvolvimento social duradouro. No momento em que as famílias se sentem “obrigadas” a manterem seus filhos na escola para não perderem o benefício, elas estão colaborando para mudar o futuro de seus filhos, e conseqüentemente, dar uma vida melhor, através da educação, que é uma

importante condicionalidade do programa. Além disso, o monitoramento das condicionalidades pode funcionar como um instrumento para alertar o poder público sobre famílias em situações de maior vulnerabilidade, que demandam atenção específica.

Segundo Galvão (2008), é incontestável, porém, o impacto positivo de políticas sociais e programas assistenciais sobre as famílias mais pobres do Brasil. Programas como o Bolsa-Família representam, a curto prazo, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais.

Senna et al. (2007) enxergam como um grande desafio a forma do processo na seleção dos beneficiários desses programas. No caso do Programa Bolsa Família esta triagem é feita através do Cadastro Único (Cad Único) do Governo Federal, cuja finalidade é unificar os dados dos prováveis beneficiários do PBF e de outros programas sociais, além disso auxilia o projeto de políticas públicas do governo. O Cad Único é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, e sua base de informações pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, o Cad Único possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o Poder Público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população.

O cadastramento das famílias é executado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda, em formulário específico para esse fim. Como os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes são concedidos com base em informações do Cad Único, a gestão de benefícios é favorecida com uma administração eficiente do Cad Único pelo município. Desse modo, se os municípios, no instante do cadastramento, dão especial atenção às informações sobre a renda por pessoa, composição familiar e dados de identificação das pessoas (nome completo, data de nascimento, documentação pessoal, etc.), o processo de concessão de benefícios do Programa Bolsa Família é positivamente beneficiado. (SOUSA, 2009).

Para Medeiros (2007), o PBF é concedido às famílias que estão ou poderiam estar no mercado de trabalho, mas, ainda assim, têm renda muito baixa. Por esse motivo encontra-se sujeito à crítica de que as transferências de renda desestimulam o trabalho. O que torna essa crítica mal fundamentada é o nível a partir do qual as transferências resultariam em desestímulo relevante à participação no mercado de trabalho. Embora a importância do programa para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias seja inegável, representando aumento de cerca de 11% em sua renda, não parece suficiente para que os beneficiários deixem de trabalhar, a não ser em casos de trabalhos extremamente mal

remunerados, instáveis ou mesmo insalubres. O fato é que tomar as transferências como um desestímulo ao trabalho é uma idéia que pode ser fundamentada em preconceitos, mas não se apóia em evidências empíricas. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar per capita similar.

Segundo Medeiros (2007), eventuais efeitos negativos sobre a oferta de trabalho para grupos específicos de trabalhadores não devem ter uma leitura necessariamente negativa. Famílias extremamente pobres tendem a intensificar a participação de mulheres, crianças e jovens no mercado de trabalho, quase sempre em ocupações precárias e mal remuneradas. Nesses casos, alguma redução da participação desses indivíduos no mercado de trabalho, devido ao recebimento do Bolsa Família, pode ser vista de maneira positiva. Apenas as mulheres chefes de família que recebem o programa têm probabilidade menor (e estatisticamente significativa) de participar do mercado de trabalho do que as mulheres chefes que não recebem a transferência.

O lado positivo do PBF é indiscutível. Seus impactos sobre pobreza e desigualdade são visíveis e não há indicações de que as transferências afetam de modo substantivo (e indesejável) a participação no mercado de trabalho. Ao contrário, por razões que ainda precisam ser mais bem exploradas, essa participação em alguns casos é maior entre beneficiários (MEDEIROS, 2007).

O trabalho é visto por muitas pessoas como algo que possibilita manter o sustento da família tornando, ao olhar da sociedade, os indivíduos mais cidadãos e participantes da vida social. Nesse sentido foi possível notar, que no momento em que as pessoas estão desempregadas, o PBF auxilia nessa manutenção do sustento familiar. Porém, não anula o desejo de buscar empregos bem remunerados, já que o trabalho é visto como algo que dignifica o homem. Para obtenção de emprego e renda é possível notar que ainda é necessário a atuação de políticas públicas mais eficazes no sentido de gerar mais trabalho, permitir acesso à educação e, sobretudo, construir creches para que as mães possam deixar seus filhos enquanto trabalham (PIRES, 2011).

É interessante observar que Castro et al. (2009), observaram que uma parte da população recebe o benefício e o classifica como esmola, também tem como consequência acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho. Além disso, há casos de pessoas que não se encaixam no perfil do programa e recebem o benefício de forma fraudulenta.

Castro et al. (2009) sugere, ainda, que não se deve apenas repassar o dinheiro às famílias, mas ensiná-las como ganhar o seu próprio dinheiro.

Seria esperado, portanto, que o Bolsa Família tivesse uma imagem predominantemente negativa junto à população. Seja por não concordar com políticas de repasse de dinheiro a pessoas - a partir do princípio de que não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar -, seja pela perspectiva de que o dinheiro público será desviado por fraudes na inclusão indevida de pessoas, seja pelo incentivo à natalidade para perpetuar o benefício (CASTRO et al., 2009, p. 01).

Brito (2011) defende as políticas de distribuição de renda por questão de eficiência, no sentido de que a pobreza pode gerar ineficiência no trabalho, sob a forma de morte precoce da população pobre (perda de força no trabalho futuro) devido à violência, fome, desnutrição, sendo que a desnutrição pode comprometer a produtividade do trabalho e rendimento das crianças na escola. Portanto, mesmo que a transferência de renda gere desincentivo ao trabalho para as famílias mais pobres, os problemas que são gerados pela pobreza comprometem ainda mais a eficiência econômica, justificando uma intervenção do Estado. É necessária uma compreensão do trabalho social realizado com essas famílias enquanto possibilidade de uma intervenção qualificada nas necessidades e demandas apresentadas pelos beneficiários, tendo como comparativo o aumento das políticas sociais de transferência de renda e o seu enfrentamento à pobreza. Ainda, segundo Brito (2009), o PBF tende a desestimular o trabalho aos beneficiários, pois, no programa o aumento da renda faz com que se perca o benefício, já que a renda familiar não pode ultrapassar o limite da renda.

Segundo Abreu (2011), os impactos do PBF verificados na área da segurança alimentar e nutricionais tem se mostrado razoáveis, pois o benefício tem ajudado as famílias a planejar melhor seus gastos com alimentação. É importante lembrar também que o benefício do PBF tem sido direcionado, primeiramente ao consumo de alimentos pela maioria das famílias.

Abreu (2011) discorre ainda, que as crianças do PBF estão frequentando mais a escola comparada às crianças que não fazem parte de nenhum programa, e, que estão evadindo menos. Porém, cabe ressaltar, que a participação dessas crianças no ambiente escolar não é suficiente para retirá-las da pobreza e oferecer um retorno econômico no futuro. Isso só será possível quando houver ações do governo e investimento na educação do país, a fim de proporcionar aos cidadãos uma educação de qualidade.

Para Abreu (2011), em relação à saúde, o acompanhamento do cartão de vacina das crianças e do pré-natal, não mostraram resultados muito significativos devido ao fato da dificuldade de acesso a esses postos de saúde, dos custos e etc.

Portal Brasil (2014) relata que pesquisas feitas sobre o impacto que o PBF causa na sociedade não revelam tendências dos beneficiários deixarem o mercado de trabalho ou trabalhar menos, mas, sim em muitos casos, tende a estimular o empreendedorismo. Cerca de 350 mil pessoas que já receberam o benefício e hoje são microempreendedores. A renda proporcionada pelo PBF contribuiu para aumentar o poder de decisão das mulheres no lar, o que as leva a questionar a dominação masculina. Em estudos recentes foi revelado ainda, que alimentação, material escolar e vestuário são itens que as famílias mais gastam com benefício. Oitenta e sete por cento das famílias apontaram a alimentação como o principal gasto – na região nordeste esse índice chegou a 91%. O material escolar aparece em segundo lugar com 46% e o vestuário com 37%.

Segundo Abreu (2011), as famílias do PBF reconheceram que o benefício é insuficiente para oferecer uma mudança significativa nas condições de vida das suas famílias. A maioria delas reconheceu que houve mudanças e que mais significativa foi na área da alimentação, pois podem comprar alimentos com mais qualidade. Além disso, elas têm comprado mais coisas que as crianças gostam, como por exemplo: biscoito recheado, iogurte, leite, achocolatado e etc....

As famílias têm a liberdade na aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer no programa enquanto houver a manutenção dos critérios de elegibilidade e cumpram as condicionalidades impostas pelo Programa (SILVA; SILVA 2006).

Segundo Castro (2009), as políticas sociais são formadas por subconjuntos das políticas públicas ligadas a ações que determinam o padrão de proteção social executado pelo Estado e se relacionam à distribuição de benefícios sociais para diminuir as desigualdades estruturais, devido ao desenvolvimento socioeconômico, nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento e etc. Ainda segundo Castro (2009), as políticas sociais de inclusão são seletivas e focalizadas e atuam principalmente junto aos mais pobres dentre os pobres. Trata-se da inclusão no emprego, moradia, na escola e saúde, com parcerias de entidades civis e comunitárias.

A assistência social atua de forma a fortalecer as condições de eficiência das demais políticas sociais, com a perspectiva de combater a pobreza, diminuindo as consequências da mesma nas próximas gerações. As políticas implantadas devem ser voltadas para a democratização dos serviços básicos, e não se distinguindo pela quantidade, mas sim pela qualidade do serviço. Devem ser criadas políticas de emprego, incentivo a capacidade empresarial e formalização do setor informal da economia, ou seja, portas de saída para a

pobreza para evitar que as pessoas voltem a situação de pobreza que se encontravam anteriormente (RIBEIRO, 2013).

Em outros termos, o PBF não assegura o acesso ao benefício a todos os indivíduos, já que existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município. A partir do momento em que a quota do município for preenchida, fica “impossibilitada” a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis e, portanto, sujeitas desse direito. O PBF não adota a concepção universal de acesso a todos que do Programa necessitam para garantir pelo menos uma alimentação de qualidade. A consequência do acesso limitado é que famílias e cidadãos pobres acabam sendo excluídas do PBF, mesmo que sejam vulneráveis e tenham a necessidade urgente de serem atendidas por programas governamentais (SOUSA, 2009).

Para Canzian (2006) o problema é que onde chegam os benefícios das políticas sociais de cunho assistencialista, faltam investimentos que poderiam emancipar economicamente os pobres. Sem investimentos em infraestrutura, o que se faz se assemelha a “enxugar gelo”. Um aspecto importante também, ao que se pode inferir em relação ao PBF, é quanto a sua longevidade. Esse campo gera muitas discussões, mas o fato é que apesar do que o programa já alcançou, muito ainda precisa ser feito, e nesse sentido é necessário também traçar estratégias que em longo prazo, possam ir diluindo o programa, já que a desigualdade no Brasil certamente não será totalmente solucionada, apenas com a manutenção ou até mesmo a expansão de programas dessa natureza (BARBOSA, 2012).

De acordo com MDS (Brasil, 2013b), a condução do Bolsa Família é de responsabilidade do Gestor Municipal, indicado pelo prefeito, e conta com a participação de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social. Para garantir a continuidade de recebimento de recursos repassados mensalmente pelo MDS é fundamental que o município faça uma boa gestão. Outros aspectos importantes são o controle social e os cuidados referentes à fiscalização, por se tratar de recursos públicos destinados às famílias pobres e extremamente pobres (BRASIL, 2013b p. 09).

Sousa (2009), afirma que a gestão de benefícios pelos municípios utiliza uma série de atualizações cadastrais efetuadas no Cad Único. Por exemplo, a modificação da renda familiar por pessoa de uma família beneficiária do Programa Bolsa Família no Cad Único pode implicar seu desligamento do Programa. O procedimento mais indicado de cadastramento é a visita domiciliar, porque permite verificar *in loco* as reais condições socioeconômicas em que se encontra a família. Além disso, a visita domiciliar implica menores custos para as famílias de baixa renda, já que elas não precisam se deslocar de sua moradia para se cadastrar.

(SOUSA, 2009). Os municípios têm a responsabilidade de evitar que as famílias sem perfil para o Bolsa Família recebam o benefício indevidamente.

A principal forma de garantir que isso aconteça é o esforço e o empenho para que o Cadastro Único reflita a realidade das famílias. Além disso, o município precisa responder dentro do prazo estabelecido às solicitações de informações que forem encaminhadas pelo MDS. A resposta deve apresentar informações que esclareçam a situação de pessoas que podem ter declarado informações falsas, de forma proposital, com o objetivo de entrar ou manter-se no Bolsa Família. Isso também vale para os servidores do município que declararem informações inverídicas para receber os benefícios, ou apoiarem falsas declarações de outras pessoas. Vale lembrar que nenhuma pessoa que exerça cargo eletivo remunerado (a exemplo dos vereadores) pode receber benefícios do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2013, p. 10).

Para Barbosa (2012) o programa tem capacidade transformadora na vida de seus beneficiários, sendo um instrumento de valor qualitativo na vida dessas pessoas. Isso se deve, principalmente, em virtude das condições anteriores à implantação do mesmo, que era de total vulnerabilidade e negação dos direitos humanos. A partir de um contato direto com as pessoas atendidas pelo programa percebemos que, de fato, ele é de suma importância para a vida destas pessoas.

Ainda segundo Barbosa (2012), os números revelam que a pobreza, em termos econômicos, vem diminuindo e não, obstante a esse cenário, verifica-se também uma contribuição no campo do desenvolvimento humano. O crescimento das rendas individuais, obviamente, é muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

O PBF, segundo ainda Barbosa (2012), provocou, sim, um avanço no campo do desenvolvimento social e econômico, pois possui um excelente alcance de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira, possibilitando as famílias se reconhecerem como detentoras de seus direitos, e como tal contribuir, minimamente, para expansão de suas liberdades. Todavia, para que estas liberdades possam ser realmente alcançadas, é necessário que o Estado viabilize formas mais sustentáveis de acesso à renda por meios produtivos, que tornem o indivíduo mais independente deste tipo de renda, sendo a garantia dos direitos básicos o principal meio de assegurar essas liberdades.

Abreu (2011) afirma que o PBF, de fato, tem sido um programa de destaque no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social, como mecanismo predominante no combate a

pobreza no país. No entanto, mesmo que ainda apresente uma boa focalização na população pobre e extremamente pobre, se mostra ineficiente no combate à pobreza em sua dimensão estrutural, causando somente uma pequena melhora nas condições imediatas de vida das famílias. Segue, ainda, o mesmo autor afirmando que vale ressaltar que o PBF tem sido muito relevante para as famílias beneficiárias, pois tem criado possibilidades concretas de melhorias nas condições imediatas de vida de grande parte da população, que até então não tinha qualquer tipo de renda. Porém, não se pode deixar de afirmar que o programa ainda não é suficiente para combater a pobreza de fato, e o seu combate não pode ser dado através de um único programa de transferência de renda, mas da articulação de várias ações na área da educação, saúde, trabalho e etc. Nesse sentido, não se deve diminuir a importância do PBF para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, porém, é evidente que o mesmo ainda não é suficiente para combater a pobreza em sua dimensão.

O presente trabalho nos mostra o que é o Programa Bolsa Família, funcionamento, regras e condicionalidades a serem seguidas, mostra também como e qual é o perfil das famílias beneficiárias, deve nos mostrar ainda através do mapeamento geográfico e econômico onde se encontram o maior índice de famílias que recebem o benefício do Bolsa Família, por região, no município de Botucatu. Essas informações podem auxiliar na tomada de decisão do Gestor Público para saber quais políticas e ou projetos e ações sociais devem ser tomados juntamente com os CRAS (Centro de Referência Assistência Social) de cada região, para que o cenário atual seja modificado e, conseqüentemente, contribuir para melhoria de vida dessas famílias.

2.2 Percepções do Programa Bolsa Família na sociedade

Para Aguiar (2014) o PBF conseguiu proporcionar ao governo Lula o improvável, que foi conciliar desenvolvimento da política econômica e atender, ainda que deficientemente, aos mais pobres. Nesse sentido, é perceptível que o PBF exerceu uma forte influência na reeleição de Lula em 2006, pois este obteve o maior percentual de votos nos municípios mais pobres e de piores indicadores sociais, conseqüentemente, onde havia mais famílias assistidas pelo programa. O comportamento dos beneficiários e não beneficiários divergem, sobretudo, no que diz respeito à avaliação do governo Lula, pois os assistidos pelo programa o avaliam significativamente como um governo de bom desempenho. Ou seja, as pessoas que estão incluídas no PBF, tendem mais a votar em Lula e a considerar o seu governo mais positivo em relação àquelas que não pertencem ao programa. Além da expressividade do número de votos

dos beneficiários do PBF, que somaram para a permanência de Lula no governo, é preciso contextualizar esse programa, pois o Brasil é um país historicamente desigual que não oferecia possibilidade de qualquer mudança e o PBF, num dado momento favorável e por conta da estabilidade econômica, aponta, ainda que deficientemente, para uma direção inversa.

Os mais pobres, presentes muito timidamente na política assistencial, segundo Aguiar (2014), passam a ser assistidos por um programa carro-chefe do governo. Isso criou um sentimento de pertencimento, de inclusão e de valorização nos beneficiários do PBF e a clara vinculação do programa ao ex-presidente Lula. E tal sentimento se confunde entre gratidão e veneração, transformando o ex-presidente Lula num mito rotulado de “pai dos pobres”, “o único que fez pelos pobres”, expresso na popularidade e no carinho que muitos brasileiros demonstram ao se referir a ele. Um comportamento acrítico que pode ser muito prejudicial frente ao cenário brasileiro de políticas públicas ineficientes.

Estudos realizados por Castro (2009) revelam que as pessoas consideram que o programa Bolsa Família traz benefícios para o país e entendem que ele é utilizado de forma adequada, mesmo com alguns problemas de execução. Mostra também, a legalidade política que o PBF adquiriu junto à sociedade e indica que o peso da opinião da sociedade pode ser considerado um importante elemento de avaliação de políticas públicas. Trata-se de entender que uma análise adequada do que pensa a população pode contribuir para verificar a sua real efetividade. A população concorda maciçamente que os principais objetivos de combate a pobreza, manutenção de crianças na escola estão sendo alcançados e que o PBF contribui para proporcionar melhoria na vida das pessoas, das famílias e das comunidades. Assim, continua afirmando esse mesmo autor, que, a despeito de não dispor de dados sobre o tom das matérias jornalísticas divulgadas nos diversos meios de comunicação, tem-se a impressão que a maior parte das críticas é sobre casos de fraudes e desvios. Parece, então que essas matérias não chegam a exercer forte influência sobre a imagem do PBF, pois dados da pesquisa indicam que predomina a aprovação e a percepção de que o Programa tem efeitos e resultados positivos.

Ainda segundo Castro (2009), de qualquer forma haverá fraudes e estratégias para burlar as regras. Deve-se destacar que o processo de supervisão-avaliação e aprimoramento deve fazer parte da implantação das políticas públicas e que uma iniciativa da envergadura do PBF, certamente conterà problemas pertinentes, trata-se de uma política que conta com a aprovação da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira para Castro (2009) apoia o PBF principalmente por refletir uma compreensão sobre essa política social. Esse apoio não implica em uma aceitação da sua existência, mas sim em uma ponderação sobre perdas e ganhos. Porém, ainda persiste os questionamentos sobre os resultados de políticas públicas com distribuição direta de renda a longo prazo, se permitem a ruptura com o ciclo vicioso da pobreza e a saída permanente dos beneficiários dessa situação, ou apenas alivia a curto prazo. A resposta para essa pergunta somente pode ser dada à medida que mais estudos forem feitos.

De acordo com Barbosa (2012), a maioria da população beneficiária ou não beneficiária é radicalmente contra o extermínio do PBF, fato que gera um apelo político perigoso, no qual os candidatos se apoiam na garantia de permanência do programa para coagir essas pessoas que, em sua grande maioria, não são instruídas, gerando uma relação de manutenção nas relações de poder, o coronelismo. Esse tipo de política traz consigo também um jogo político, já que os governantes evitam contradizer sua imagem mostrando-se contra a uma medida vista pela população mais pobre e, portanto, maioria, como de sucesso, como é o caso do Bolsa Família, que tem aceitação popular em massa. Ao contrário, ainda segundo esse mesmo autor, buscam se inserir no grupo que garante o efeito maioria, sendo essa é uma estratégia política para garantir a manutenção ou a inserção de governantes no poder.

2.3 As mulheres e o Programa Bolsa Família

Estudar o efeito do PBF na vida das mulheres (e não de outros membros da família) baseia-se nos seguintes fatos: a) a oferta de trabalho feminino é mais elástica. Isso porque seu salário de reserva é mais elevado; b) as mulheres têm maiores possibilidades de substituir um emprego no mercado de trabalho por atividades remuneradas executadas em casa; c) o benefício do programa na maioria das vezes é recebido pelas mães, que têm a decisão de como utilizar esse recurso nos gastos da família. (TAVARES, 2010).

Barbosa (2012), afirma que a grande maioria das mulheres são as titulares do cartão de recebimento mensal do pagamento e dizem se sentir mais independentes em receber um dinheiro que é seu de fato. Três mulheres disseram ter conquistado sua independência depois do recebimento do benefício, pois viviam um casamento conturbado, sofrendo violência psicológica e até mesmo física, isso tornando-se um agravante pelo fato de não terem renda para garantir a alimentação dos filhos, vivendo reféns de seus relacionamentos. Depois da aquisição do benefício se separam de marido e hoje são chefes de famílias, complementando o

dinheiro recebido com atividades extras como faxina, lavando roupa, vendendo ovos, vendendo queijos, entre outras atividades.

Segundo Sousa (2009), quanto ao perfil dos titulares do programa, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) em junho de 2008, sobre as repercussões do PBF na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, o perfil dos (as) titulares do programa é composto em sua maioria por mulheres 94%. As famílias que moram em área urbana perfazem 78% do total de famílias beneficiadas e 22% encontra-se em áreas rurais. Dessas famílias locadas em áreas rurais, 50% se concentram na região nordeste do país. Quanto à formação escolar, 81% dos titulares sabem ler e escrever sendo que 56% estudaram até o Ensino Fundamental.

Uma pesquisa feita por Rego e Pinzani (2014) com 150 mulheres nordestinas, beneficiárias, do Bolsa Família mostrou que, em geral, todas as mulheres que recebem o benefício do PBF observaram mudanças relevantes em sua vida material. Contudo, um número importante entre elas se queixam do valor do benefício, muitas até o definem como “uma ajuda”. E, quase todas afirmam preferir um trabalho regular. Das 150 entrevistadas, somente duas afirmaram ter deixado de trabalhar para viver do PBF. Ambas trabalhavam como domésticas para famílias de classe média recebendo um “salário” de R\$150,00 a R\$200, para trabalhar semanalmente, 6 dias por semana.

Afirma ainda Rego e Pinzani (2014), que quase a totalidade das mulheres garantiu ser melhor o cartão estar em seus nomes do que no do marido (10% diz ser indiferente). A justificativa, na maioria das vezes, é de que a mulher cuida melhor do dinheiro, sabe as necessidades da família e consegue fazer as compras mais econômicas. Muitas também disseram que o companheiro usaria o dinheiro pra beber embora, quando perguntadas, negaram que eles bebessem.

Segundo Rego e Pinzani (2014), cerca de 75% afirma que o PBF é um favor do governo, ou pelo simples fato de o presidente Lula ter sido pobre e portanto conhecer melhor a situação dos pobres. Poucas afirmaram que o governo tem o dever de ajudar os pobres e apenas 5 usaram a palavra “direito” e dessas, somente 2, quando perguntadas, mostraram ter alguma noção adequada desse conceito. Outro dado interessante segundo esses autores, é que pouco mais da metade das entrevistadas afirmaram votar somente por obrigação, mas quase todas reconheceram que o fato de ter votado em Lula nas últimas eleições e ele ter sido eleito, mudou a sua vida. Contudo não fica claro se há uma ligação direta entre o fato de participar das eleições ou de o Governo Lula ter ganhado e adotado políticas públicas de combate a pobreza que as afetam diretamente.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Material

Para a realização do estudo foi utilizada a coleta de dados, pesquisa bibliográfica, análise documental, banco de dados do Programa Bolsa Família e biblioteca virtual que disponibiliza artigos científicos ligados às instituições de ensino.

3.2 Métodos

Uma vez que este estudo teve como objetivo realizar mapeamento geográfico e econômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), no município de Botucatu, os dados foram coletados da folha de pagamento, do mês de Abril de 2015, do banco de dados do Programa Bolsa Família, pertencente à Prefeitura Municipal de Botucatu. Também foi usada a tabela de distribuição regional dos bairros de Botucatu, acompanhados pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – Prefeitura de Botucatu.

Esta pesquisa situa-se dentro da modalidade de pesquisa qualitativa-quantitativa, chamada análise documental. Segundo Gil (1991), a pesquisa documental é aquela que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Foi realizado, um, estudo de caso do Cadastro Único no município de Botucatu, a fim de observar a distribuição de renda por bairro de cada região da cidade.

O município foi dividido em cinco regiões - norte, sul, leste, oeste e central – onde se observou a porcentagem da distribuição de renda em cada bairro de cada região.

Para a análise da distribuição da renda às famílias beneficiárias optou-se por selecionar o somatório dos benefícios acumulados de pelo menos 80% das famílias por região, variando-se a quantidade de bairros em cada uma das cinco regiões, que somaram os benefícios mais altos.

3.3 Estudo de caso

Foi realizado um estudo de caso no Setor de Cadastro Único no município de Botucatu. Foram mapeadas as cinco regiões norte, sul, leste, oeste e central onde se encontram os bairros que abrigam as famílias beneficiadas.

A região norte conta com 47 bairros. A região sul, com 48 bairros, a leste com 26 bairros, oeste com 32 bairros e central com 26 bairros.

É importante observar que há bairros que não estão localizados no mapa do CRAS. Não foi possível descobrir a razão pela qual esses bairros não foram mapeados. Talvez, uma hipótese seja que esses bairros podem estar localizados em região de zona rural. São 7 bairros, que ao todo, somam 9 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que 5 delas recebem o benefício básico, obtendo-se, ainda, a renda total distribuída em R\$1.057,00

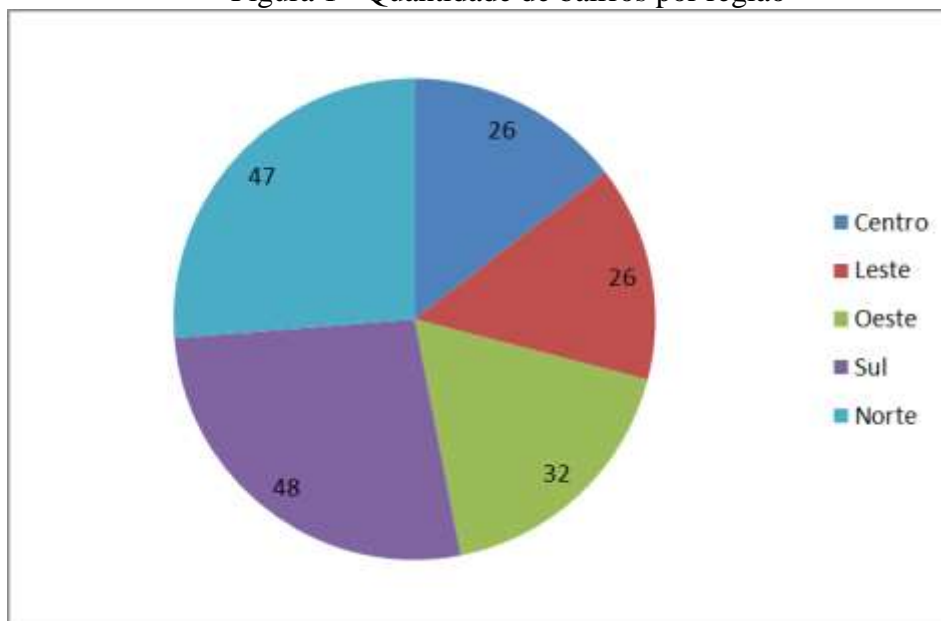
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrição dos dados globais

O estudo identificou, por meio de um processo de análise dos dados da folha de pagamento, do mês de abril de 2015, que o valor destinado ao município de Botucatu foi de R\$ 413.703,00. Constatou-se também que há 179 bairros onde as famílias beneficiadas estão localizadas, sendo 26 bairros na região central, 26 na região leste, 32 na região oeste, 48 na região sul e 47 bairros na região norte. Há, também, 7 bairros os quais não foram mapeados, pois não há localização eficiente e precisa dos mesmos. Nesses 7 bairros, existem 9 famílias beneficiárias, 5 delas em extrema pobreza, observando-se, portanto, que perfazem mais da metade das famílias carentes desses sete bairros

A Figura 1, a seguir, nos mostra a quantidade de bairros por região da cidade, onde há famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os dados foram coletados da folha de pagamento do mês de abril, com recebimento em maio.

Figura 1 - Quantidade de bairros por região

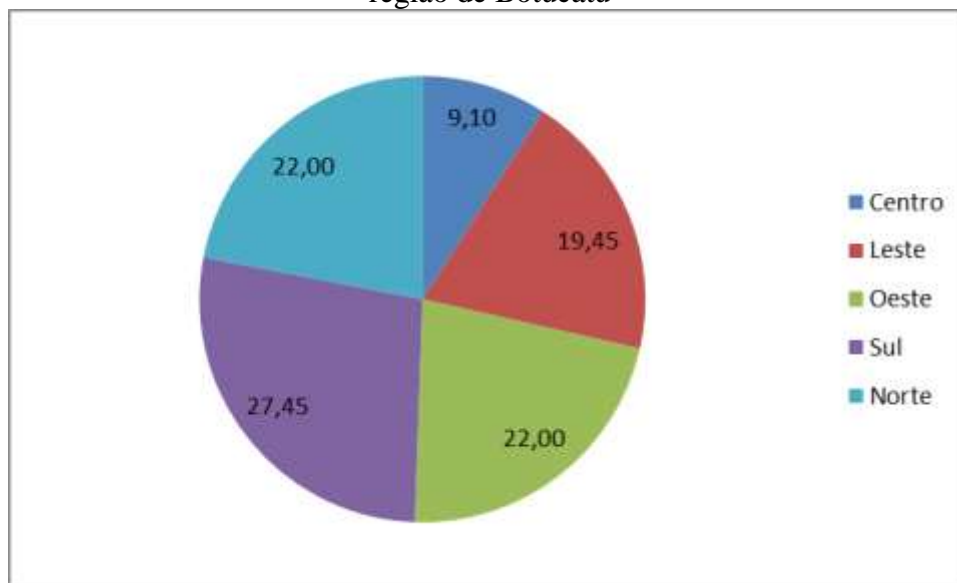


Fonte: A pesquisa.

Do valor total de R\$ 412.646,00 distribuídos no município de Botucatu, foi observada a porcentagem em cada uma das cinco regiões da cidade – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

Já a Figura 2, abaixo, mostra as porcentagens da distribuição do valor total por região da cidade. Nela é possível observar que as regiões norte, sul e oeste recebem a maior parte do valor total distribuído no município. A região central ficou com a menor renda distribuída.

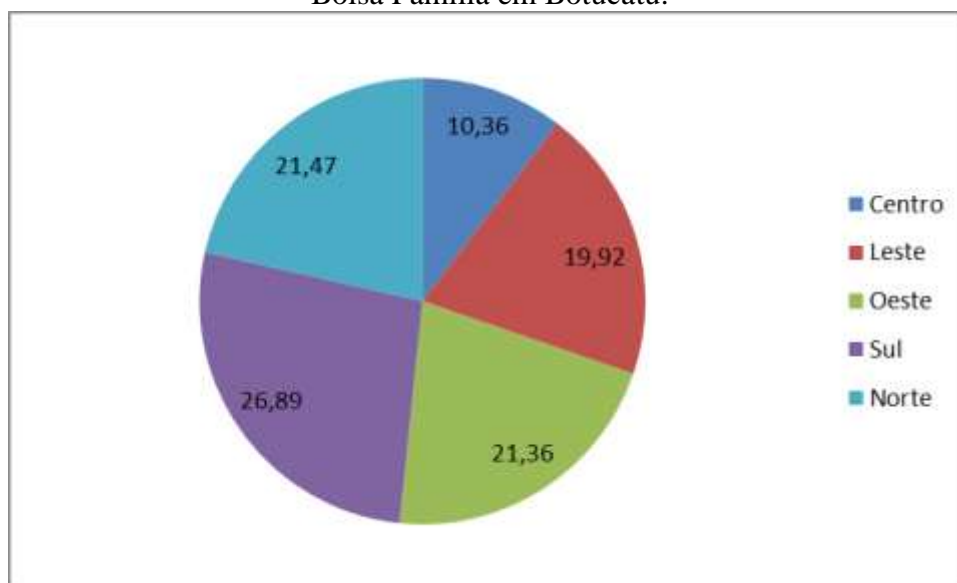
Figura 2 - Distribuição percentual do valor total de benefícios do Bolsa Família distribuído na região de Botucatu



Fonte: A pesquisa.

Em seguida, a Figura 3 mostra a porcentagem da distribuição das famílias beneficiárias em cada região da cidade, onde é possível observar que a região central é onde se encontra o menor número de famílias beneficiárias. Por outro lado, o maior número de famílias beneficiárias se encontra na região sul. É possível ainda perceber que há certa igualdade em relação ao número de famílias nas regiões norte e oeste.

Figura 3 - Distribuição das famílias beneficiárias em porcentagem e por região, do Programa Bolsa Família em Botucatu.

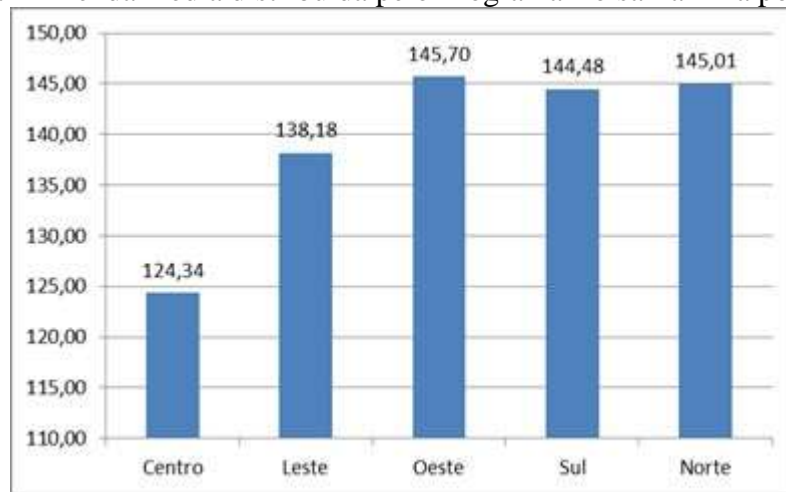


Fonte: A pesquisa.

O gráfico abaixo, Figura 4, nos mostra qual é a renda média que as famílias recebem por regiões.

Observa-se que as famílias na região central são as que recebem o menor valor, seguido pela região leste e sul, e como podemos observar nas regiões norte e oeste o valor médio que cada família recebe também é muito similar e também é possível perceber uma igualdade, como na Figura 3.

Figura 4 - Renda média distribuída pelo Programa Bolsa Família por região



Fonte: A pesquisa.

Na Tabela 1, a seguir, observa-se, onde está localizada a maior porcentagem em relação ao número de famílias que recebem o benefício básico, e portanto, em condições de extrema pobreza.

Tabela 1 - Famílias que recebem o benefício básico do PBF por região em porcentagem

Região	Beneficiários	Básico	%Básicos
Centro	302	222	73,51
Leste	581	413	71,08
Oeste	623	469	75,28
Sul	784	557	71,05
Norte	626	446	71,25
Total	2916	2107	72,26

Fonte: A pesquisa

É possível observar na Tabela 1 que a região oeste é onde se encontra a maior parte das famílias que recebem o benefício básico do PBF. Sendo assim, essas famílias são consideradas em situação de extrema pobreza de acordo com o MDS. O que nos chama a atenção é o fato da região central vir em seguida com 73,51% das famílias que recebem o benefício básico e serem consideradas extremamente pobres. Já as regiões leste, sul e norte possuem uma porcentagem parecida em relação ao recebimento do benefício básico. Nota-se que, embora a maior quantidade de famílias beneficiárias se encontre na região sul, a maior porcentagem em relação às famílias que recebem o benefício básico se encontra na região oeste.

4.2 Análise dos benefícios básicos por regiões

Nesta seção apresentam-se os resultados e discussão por região geográfica com até 80% (aproximadamente) dos bairros com benefícios básicos por região do município. O conjunto de todos os bairros encontra-se nos apêndices.

Como já foi explicitado anteriormente, benefício básico refere-se ao limite da renda per capita da família beneficiada de até R\$ 77,00. Nesse caso, a família recebe R\$ 77,00 fixos mais a quantia variável de acordo com o número de filhos. Crianças até 15 anos recebem R\$35,00 cada uma, por mês, e os adolescentes (15 a 17 anos) recebem R\$42,00 por mês.

Na Tabela 2 pode-se observar que os 10 bairros com maior concentração de benefício básico acumulam 82,88% do total de benefícios na região central do município, com 184 famílias. Os 16 bairros restantes na região central apresentam 38 famílias com 17,12 % dos benefícios básicos. O Bairro Centro possui 43 famílias que representam 19,37% dos benefícios básicos, acompanhado pela Vila Assumpção com 36 famílias. O bairro da região central com, menor número de beneficiários básicos nesta amostra, é a Vila Jahú com 3,6% do total.

Tabela 2 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Central de Botucatu

Bairros	Famílias(u)	Famílias(%)	Acumulado(%)
Bairro Centro	43	19,37	19,37
Vila Assumpção	36	16,22	35,59
Vila São Luiz	20	9,01	44,59
Jardim Central	16	7,21	51,80
Vila São Lucio	16	7,21	59,01
Vila Paulista	14	6,31	65,32
Jardim Bom Pastor	12	5,41	70,72
Vila Rodrigues	10	4,50	75,23
Vila São Benedito	9	4,05	79,28
Vila Jahu	8	3,60	82,88
Total (10)	184	82,88	
Total região (26)	222	100,00	

Fonte: A pesquisa.

Observa-se na Tabela 3 que na região leste, 413 famílias recebem benefício básico, sendo que os 09 bairros com maior concentração de famílias representam 83,05% do total, com 343 famílias. A quantidade de bairros na região leste em relação a região central é a mesma (26 bairros) contudo, se observa 86% mais famílias (413 ante 222). O bairro mais carente é o Jardim Brasil com 99 famílias e 23,97% dos benefícios da região.

Tabela 3 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Leste de Botucatu

Bairros	Famílias(u)	Famílias(%)	Acumulado(%)
Jardim Brasil	99	23,97	23,97
Jardim Peabiru	75	18,16	42,13
Vila Maria	38	9,20	51,33
Jardim Ciranda	33	7,99	59,32
Vila Mariana	27	6,54	65,86
Jardim Cristina	25	6,05	71,91
Jardim Bandeirantes	17	4,12	76,03
Bairro Alto	15	3,63	79,66
Parque Residencial Serra Negra	14	3,39	83,05
Total (10)	343	83,05	
Total região (26)	413		

Fonte: A pesquisa.

Como podemos observar, na Tabela 4, a região norte é composta por 47 bairros com um total de 446 famílias que recebem o benefício básico. Com 13 bairros se obtém 80,04% das famílias (357) e percebe-se que o Jardim Mor é o bairro de maior concentração de benefícios básicos com 17,26% (77 famílias) seguido por Vitoriana com 11,66% (52 famílias).

Tabela 4 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Norte de Botucatu

Bairros	Famílias(u)	Famílias(%)	Acumulado(%)
Jardim Monte Mor	77	17,26	17,26
Vitoriana	52	11,66	28,92
Jardim Itamaraty	32	7,17	36,10
Vila Antartica	32	7,17	43,27
Jardim Continental	28	6,28	49,55
Jardim Iolanda	28	6,28	55,83
Porto Said Vitoriana	27	6,05	61,88
Vila dos Lavradores	22	4,93	66,82
Vila Ferroviaria	18	4,04	70,85
Jardim Eldorado	11	2,47	73,32
Jardim Paraiso	11	2,47	75,78
Jardim Panorama	10	2,24	78,03
Jardim Ype	9	2,02	80,04
Total (13)	357	80,04	
Total (47)	446	100	

Fonte: A pesquisa.

A Tabela 5 apresenta a região, com 469 famílias que recebem o benefício básico. Nesta região se obteve, com seis bairros, 82,52% das famílias do total de benefícios básicos, o que demonstra uma concentração nestes bairros, tendo em vista a região possuir 32 bairros. O Distrito de Rubião Junior representou 23,24% das famílias, em seguida o Jardim Santa Elisa com 18,34%. O Residencial Caimã se destaca por ser um bairro novo que atraiu moradores de toda cidade, com 38 famílias recebendo o benefício básico.

Tabela 5 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Oeste de Botucatu

Bairros	Famílias(u)	Famílias(%)	Acumulado(%)
Rubiao Junior	109	23,24	23,24
Jardim Santa Elisa	86	18,34	41,58
Jardim Botucatu	69	14,71	56,29
Parque Marajoara	54	11,51	67,80
Residencial Caimã	38	8,10	75,91
Vila Real	31	6,61	82,52
Total (06)	387	82,52	
Total (32)	469	100	

Fonte: A pesquisa.

A região Sul de Botucatu, apresentada na Tabela 6, possui 48 bairros e 557 famílias que recebem o benefício básico. Com 15 bairros se obtém 80,79% das famílias, ou seja, 19,21% das famílias estão distribuídas em 33 bairros. O Conjunto Habitacional Humberto Popolo, conhecido como COHAB I, concentra 12,03% das famílias que se distribuem no Residencial Santa Maria (11,85%), Parque Residencial Santa Maria I (10,85%) atingindo um acumulado de 34,83%. Existe uma distribuição entre os três primeiros bairros, sendo menos concentrado como observado nas outras regiões.

Tabela 6 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado da Região Sul de Botucatu

Bairros	Famílias(u)	Famílias(%)	Acumulado(%)
Conjunto Habitacional Humberto Popolo	67	12,03	12,03
Residencial Santa Maria I	66	11,85	23,88
Parque Residencial Santa Maria I	61	10,95	34,83
Jardim Aeroporto	36	6,46	41,29
Parque Residencial 24 De Maio	28	5,03	46,32
Parque Residencial Convivio	27	4,85	51,17
Vila Cidade Jardim	26	4,67	55,83
Jardim Santa Monica	22	3,95	59,78
Vila Jardim	22	3,95	63,73
Jardim Maria Luiza	21	3,77	67,50
Conjunto Habitacional Leandro Alarcao	18	3,23	70,74
Jardim Palos Verdes	17	3,05	73,79
Conjunto Habitacional Doutor Antonio Del	14	2,51	76,30
Chacara Recreio Do Havai	13	2,33	78,64
Jardim do Cedro	12	2,15	80,79
Total (15)	450	80,79	
Total região (48)	557	100	

Fonte: A pesquisa.

A seguir, na Tabela 7, observa-se a ordem do benefício básico que é distribuído em todas as regiões do município de Botucatu, em ordem decrescente, e que referem-se ao benefício total e acumulado de todas as regiões.

Tabela 7 - Benefício Básico por ordem decrescente de número de famílias, relativo do total e acumulado de todas as regiões de Botucatu

Bairro	Famílias(u)	% Famílias	% Acumulado	Região
Rubião Junior	109	5,17	5,17	Oeste
Jardim Brasil	99	4,70	9,87	Leste
Jardim Santa Elisa	86	4,08	13,95	Oeste
Jardim Monte Mor	77	3,65	17,61	Norte
Jardim Peabiru	75	3,56	21,17	Leste
Jardim Botucatu	69	3,27	24,44	Oeste
Conjunto Habitacional Humberto Popolo	67	3,18	27,62	Sul
Residencial Santa Maria I	66	3,13	30,75	Sul
Parque Residencial Santa Maria I	61	2,90	33,65	Sul
Parque Marajoara	54	2,56	36,21	Oeste
Vitoriana	52	2,47	38,68	Norte
Bairro Centro	43	2,04	40,72	Central
Vila Maria	38	1,80	42,52	Leste
Residencial Caima	38	1,80	44,33	Oeste
Vila Assumpcao	36	1,71	46,04	Central
Jardim Aeroporto	36	1,71	47,75	Sul
Jardim Ciranda	33	1,57	49,31	Leste
Jardim Itamaraty	32	1,52	50,83	Norte
Vila Antartica	32	1,52	52,35	Norte
Vila Real	31	1,47	53,82	Oeste
Jardim Riviera	29	1,38	55,20	Oeste
Jardim Continental	28	1,33	56,53	Norte
Jardim Iolanda	28	1,33	57,85	Norte
Parque Residencial 24 De Maio	28	1,33	59,18	Sul
Vila Mariana	27	1,28	60,47	Leste
Porto Said Vitoriana	27	1,28	61,75	Norte
Parque Residencial Convivio	27	1,28	63,03	Sul
Vila Cidade Jardim	26	1,23	64,26	Sul
Jardim Cristina	25	1,19	65,45	Leste
Vila Dos Lavradores	22	1,04	66,49	Norte
Jardim Santa Monica	22	1,04	67,54	Sul
Vila Jardim	22	1,04	68,58	Sul
Jardim Maria Luiza	21	1,00	69,58	Sul
Vila São Luiz	20	0,95	70,53	Central
Vila Ferroviária	18	0,85	71,38	Norte
Conjunto Habitacional Leandro Alarcão Di	18	0,85	72,24	Sul
			Continua	...

... continuação

Bairro	Famílias(u)	% Famílias	% Acumulado	Região
Jardim Bandeirantes	17	0,81	73,04	Leste
Jardim Palos Verdes	17	0,81	73,85	Sul
Jardim Central	16	0,76	74,61	Central
Vila São Lucio	16	0,76	75,37	Central
Bairro Alto	15	0,71	76,08	Leste
Vila Paulista	14	0,66	76,74	Central
Parque Residencial Serra Negra	14	0,66	77,41	Leste
Parque Imperial	14	0,66	78,07	Oeste
Conjunto Habitacional Doutor Antônio Del	14	0,66	78,74	Sul
Chácara Recreio Do Havaí	13	0,62	79,35	Sul
Jardim Bom Pastor	12	0,57	79,92	Central
Conjunto Habitacional Arnaldo Leotta	12	0,57	80,49	Leste
Total 80%(48)	1696	80,49		
Total (179)	2107	100		
Total Centro (07)	157	9,26		
Total Leste (10)	355	20,93		
Total Norte (09)	316	18,63		
Total Oeste (08)	430	25,35		
Total Sul (14)	438	25,83		

Fonte: A pesquisa.

Na Tabela 7, percebe-se que 80,49% das famílias que recebem benefício básico (1696) encontram-se distribuídas em 48 bairros dos 179 do município de Botucatu. As regiões Oeste e Sul, juntas, concentram 51,18% dos benefícios com 868 famílias (430 e 438 respectivamente). A Região Central possui 9,26% das famílias, norte com 18,63% e Leste com 20,93%.

Em relação a quantia bairros, a Região Sul envolve 14, seguida pela Leste com 10, Norte com 09, Oeste com 08 e Centro com 07. Nota-se que Região Sul distribui-se em mais bairros, mesmo que semelhante em número de famílias que a região Oeste com 08 bairros.

Os bairros com mais famílias envolvidas foi o de Rubião Junior com 109 famílias (5,17%) na Região Oeste, Jardim Brasil com 99 famílias (4,7%) na Região Leste, Jardim Santa Elisa com 86 famílias (4,08%) também na Oeste.

5 CONCLUSÃO

O Programa Bolsa Família – PBF representa a conquista de segmentos populares da sociedade brasileira que lutam por maiores expectativas e condições de vida. Por outro lado, implica a concessão de setores elitistas, que, ao concederem esse benefício às classes populares, consolidam sua influência sobre os mesmos.

O estudo realizado nos indica em quais regiões estão localizadas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa família e, portanto, também visualizar onde se concentram as famílias que vivem em extrema pobreza, e o que pode ser feito para mudar essa realidade.

O valor destinado ao município de Botucatu no mês de abril foi de R\$ 413.703,00. Foi distribuído para 2.925 famílias cadastradas, sendo que dessas 2.112 receberam o benefício básico, ou seja, são extremamente pobres (72,2%).

A região central recebe 9,10% do valor total, a leste 19,45%, a oeste 22%, a sul 27,45% e a norte também recebe 22%. É possível observar que a região sul, onde, coincidentemente também é a maior em relação à quantidade de bairros (48), também possui a maior porcentagem (27,45%), em relação à renda distribuída na região, portanto é onde se encontra a maior quantidade de famílias com renda per capita mais baixa e ou com maiores quantidades de filhos.

Considerando-se a distribuição das famílias beneficiárias em porcentagem e por região, na região central encontra-se 10,36 % das famílias beneficiárias, na leste 19,92%, na oeste 21,36%, na sul 26,89% e na região norte 21,77%, totalizando 2.916 famílias mapeadas. Observando os dados, percebe-se que a região sul possui a maior carência social, pois concentra o maior número de famílias beneficiárias.

Sob a ótica da renda média que as famílias do PBF recebem, constata-se que, as famílias da região central recebem, em média, R\$ 124,34, região leste R\$138,18, na oeste R\$145,70, sul R\$144,48 e R\$145,01 na região norte. Vale lembrar que a renda distribuída varia de acordo com a composição familiar, pois além do benefício básico de R\$77,00, que as famílias com renda abaixo de R\$77,00 recebem, elas ainda recebem o benefício variável de R\$35,00 por criança e R\$ 42,00 por adolescente.

Sobre o recebimento do benefício básico, aquele em que as famílias possuem uma renda per capita menor ou igual a R\$77,00, os resultados mostraram que maior quantidade de famílias encontra-se na região oeste, com 75,28% e na sequência na região central, com 73,51%. É possível observar que essas regiões possuem um maior índice de carência social, e pode ser feito uma análise mais específica nessas regiões, observando-se, quais as maiores dificuldades dessas famílias. Esse deve ser o papel do Gestor Municipal juntamente com o CRAS – Centro de Referência e Assistência Social.

Os aspectos destacados, nesta pesquisa, sobre o mapeamento geográfico e econômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Botucatu- SP, podem servir como referência para a realização de outras pesquisas, que podem observar outros aspectos como, quantidade de crianças de 0 a 15 anos e ou adolescentes existentes em cada região, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Lara Bittencourt Paes. **O Programa Bolsa Família: entre proteção e “desproteção” social de seus beneficiários**. 2011. 81 p. Monografia (TCC) – Universidade Federal Fluminense (UFF) do Rio de Janeiro, Rio das Ostras, 2011.
- AGUIAR, Sara Camêlo. **O Programa Bolsa Família e o Governo Lula**. Campina Grande, PB. 2014.
- BARBOSA, Vanecilda de Sousa; PAULO, Maria de Assunção Lima de. **O bolsa família e sua contribuição para o desenvolvimento local**. Teresina, PI. 2012.
- BOTUCATU. **Cadastro único**. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Manual com o perfil das famílias do Cadastro Único**. Brasília, DF, 2013a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). **Caderno de orientações e legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF, 2013b.
- BRASIL. Portal. **Bolsa Família: 75,4% estão trabalhando**. [S.l.],2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>>. Acesso em: 30 out. 2014.
- BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Avaliação de Impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda complementar na região metropolitana de São Paulo: estudo quantitativo e qualitativo**. São Paulo, SP, 2012.
- BRITO, Alessandra Scalon. **Programa bolsa família e mercado de trabalho: uma análise das limitações da PNAD e cadastro único**. 2011. 104 p. Dissertação (Pós Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C. **Fundamentos de geoprocessamento**. Introdução ao Geoprocessamento, São José dos Campos, 2004. Disponível em: <
- CANZIAN, Fernando. **Bolsa-família chega até onde governo não leva água**. Folha de S. Paulo – Caderno Dinheiro, p. b8, São Paulo, 11 jun 2006.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. **Percepções sobre o programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. Campinas: 2009. Vol. 15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php> >. Acesso em: 30 set. 2014.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (Cedeplar). **Projeto de avaliação do impacto do Programa Bolsa Família – relatório analítico final**. Belo Horizonte, 2006. Mimeografado.

FERRAZ, Lúcio Flávio. **Programa Bolsa Família: impactos na distribuição de renda.** Brasília – DF: Trabalho de Conclusão de Curso (especialização), Tribunal de Contas da União Instituto Serzedello Corrêa. 2008.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **Bolsa família, educação e cidadania.** Revista Eletrônica de Educação. Ano II, No. 03, ago./dez. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** In: Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOIS, Antônio. **Bolsa Família 2.0: Programa tem benefícios inegáveis, mas, isoladamente, não melhora a qualidade do ensino.** 07 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

IVO, A. B. **Políticas sociais, pobreza e trabalho: dilemas do bem-estar em países do capitalismo periférico.** Análise & Dados. Bahia, v. 17.

MEDEIROS, M.; BRITO, T. e SOARES, F. **“Transferência de Renda no Brasil”.** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME - MDS. **Bolsa Família.** Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/gestao-de-beneficios>>. Acesso em: 13 out 2015.

MORAES, Ana Carolina. **Bolsa Família pode diminuir impacto da crise, diz OIT.** 18 mar 2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/servicos/2009/03/090318_bolsafamiliaoitad.shtml. Acesso em: 30 out 2014.

PELLEGRINA, Heitor Sandes. **Impactos de curto prazo do programa bolsa família sobre o abandono e o desempenho escolar do alunado paulista.** 2011. 103 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PIRES, André; ALVARES, Marcela Bruna Nappi. **Bolsa Família e “portas de saída”:** reflexões a partir da fala de beneficiários do município de Campinas (SP). Revista Eletrônica de Ciências Sociais, nº 16. V.1 p. 93 a 107.

PIRES, Daniane Christie Alves. **A implantação do Bolsa Família e sua relação com pobreza nas regiões brasileiras no período de 2004 e 2006.** Caxambu, MG. 2008.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Ed. Unesp, 2013. 241 p.

REIS, C.Q.; SILVA, L. B. da. **Análise da aplicação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva dos beneficiários no município de Pombal/PB.** [2011?]. 25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Gestão Pública Municipal, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

RESENDE, A.C. C.; OLIVEIRA, A. M. H. C. **Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras**, 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RIBEIRO, Daniel Cerqueira. **Sistema de controle dos gastos públicos do Governo Federal: uma ênfase no programa bolsa família**. 2009. 165 p. Dissertação (Pós- Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Samara Campos. **Políticas sociais e o Programa Bolsa-Família: uma abordagem teórica à luz da pobreza multidimensional**. 2013. 20 p. Dissertação (Pós- Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia, 2013.

ROCHA, Sandoval Alves. **O Programa Bolsa Família: identidade, subjetividade e integração social em Maracanaú - CE**. 2012. 145 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

ROSA, Tereza Raquel Silveira. **Políticas públicas de combate à pobreza no Brasil: inovações e desafios**. Montes Claros, MG. 2010.

SANTOS, W. G. A trágica condição da Política Social. In: ABRANCHES, S. H., SANTOS, W. G. & COIMBRA, M. A. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SCHEER, M. A. P. S. **Geoprocessamento e o modelo Shift-Share na análise das transformações do uso da terra nos municípios do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu (SP), 1979 A 2001**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SENNA, M.C.M. (et. Al.). **Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007.

SILVA, M. O. S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, vol.12, n.6 p. 1413-8123, 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Programa Bolsa Família nos marcos da luta contra a pobreza no Brasil**. Maranhão, PI, 2006.

SILVA, Tadeu Silvestre da. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. [S.l.], 2006.

Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8404/6222>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SOARES, Fabio Veras (et al). **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países**. Brasília: MDS, 2007.

SOUSA, Juliane M. C. de. **A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais: uma análise da consistência teórica do Programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída auto-sustentada do Programa** (Dissertação de

Mestrado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br>>. Acesso em: 14 out 2015.

TAVARES, Priscila Albuquerque. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. Campinas, SP, 2010.

ZYLBERBERG, Raphael Simas. **Transferência de Renda, estrutura produtiva e desigualdade**: uma análise inter-regional para o Brasil. 2008. 95 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2008.

WETZEL, Débora. **Bolsa Família e a revolução silenciosa no Brasil**. 30 out. 2013. Disponível em: <<http://www.intellog.net>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

APÊNDICE A - TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO CENTRAL

BAIRROS	Básico	Nº Beneficiários	% Básicos	Valor Total	
Bairro CENTRO	43	58	74,14	R\$	7.002,00
Conjunto Residencial Frei Fidelis - Cecap	2	2	100,00	R\$	301,00
Jardim Bom Pastor	12	16	75,00	R\$	2.185,00
Jardim Central	16	16	100,00	R\$	1.256,00
Jardim Dona Nicota De Barros	2	2	100,00	R\$	235,00
Jardim Sao Vicente	1	1	100,00	R\$	189,00
Recanto Azul	5	6	83,33	R\$	673,00
Vila Aparecida	3	4	75,00	R\$	643,00
Vila Assumpcao	36	47	76,60	R\$	5.972,00
Vila Dos Medicos	0	1	0,00	R\$	35,00
Vila Ema	2	3	66,67	R\$	294,00
Vila Frei Fidelis	2	3	66,67	R\$	406,00
Vila Jahu	8	9	88,89	R\$	832,00
Vila Nogueira	4	4	100,00	R\$	780,00
Vila Moreira	0	1	0,00	R\$	70,00
Vila Padovan	1	3	33,33	R\$	217,00
Vila Paulista	14	19	73,68	R\$	2.520,00
Vila Rodrigues	10	14	71,43	R\$	1.794,00
Vila Santa Luzia	2	3	66,67	R\$	226,00
Vila Santana	7	11	63,64	R\$	1.178,00
Vila Sao Luiz	1	1	100,00	R\$	310,00
Vila Sorocabana	1	1	100,00	R\$	79,00
Vila Sao Benedito	9	11	81,82	R\$	1.744,00
Vila Sao Judas Thadeu	5	7	71,43	R\$	819,00
Vila Sao Lucio	16	27	59,26	R\$	4.017,00
Vila Sao Luiz	20	32	62,50	R\$	3.775,00
Total	222	302		R\$	37.552,00
Valor Médio				R\$	124,34

APÊNDICE B – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO LESTE

Bairros	Básico	N° Beneficiários	% Básicos	Valor Total
Bairro Alto	15	21	71,43	R\$ 2.715,00
Belveder	0	1	0,00	R\$ 35,00
Boa Vista	0	2	0,00	R\$ 112,00
Chacara Boa Vista	1	1	100,00	R\$ 132,00
Conjunto Habitacional Antonio Herminio D - Cohab Iv	10	13	76,92	R\$ 2.224,00
Conjunto Habitacional Arnaldo Leotta De - Cohab Ii	12	16	75,00	R\$ 1.967,00
Conjunto Habitacional Manuel Belver Fern	1	1	100,00	R\$ 147,00
Conjunto Habitacional Morada Do Sol	0	1	0,00	R\$ 77,00
Jardim Alvorada	8	9	88,89	R\$ 1.413,00
Jardim Bandeirantes	17	28	60,71	R\$ 4.312,00
Jardim Brasil	99	145	68,28	R\$ 19.489,00
Jardim Ciranda	33	42	78,57	R\$ 5.689,00
Jardim Cristina	25	32	78,13	R\$ 4.646,00
Jardim Ipiranga	6	7	85,71	R\$ 1.120,00
Jardim Peabiru	75	114	65,79	R\$ 15.135,00
Jardim Vista Linda	1	1	100,00	R\$ 217,00
Parque Residencial Nazare	1	2	50,00	R\$ 147,00
Parque Residencial Serra Negra	14	19	73,68	R\$ 2.832,00
Piapara	0	1	0,00	R\$ 35,00
Residencial Arlindo Durante	7	9	77,78	R\$ 1.159,00
Vila Auxiliadora	4	4	100,00	R\$ 878,00
Vila Eden	11	15	73,33	R\$ 2.046,00
Vila Boa Vista	2	2	100,00	R\$ 305,00
Vila Maria	38	53	71,70	R\$ 7.078,00
Vila Mariana	27	36	75,00	R\$ 5.401,00
Vila Operaria	6	6	100,00	R\$ 969,00
Total	413	581		R\$ 80.280,00
Valor Médio				R\$ 138,18

APÊNDICE C – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO NORTE

Bairros	Básico	Nº Beneficiários	% Básicos	Valor Total
Alvorada De Barra Bonita	8	8	100,00	R\$ 1.364,00
Camping Mina	4	6	66,67	R\$ 1.094,00
Cesar Neto	6	8	75,00	R\$ 1.431,00
Cesar Neto Sitio Jatoba	0	1	0,00	R\$ 42,00
Chacara Dos Pinheiros	2	3	66,67	R\$ 408,00
Distrito Industrial	1	1	100,00	R\$ 112,00
Distrito Industrial Ii	1	1	100,00	R\$ 147,00
Distrito Industrial Iii	0	1	0,00	R\$ 70,00
Green Valley	1	1	100,00	R\$ 266,00
Jardim Cambui	5	11	45,45	R\$ 1.315,00
Jardim Chacara Dos Pinheiros	1	3	33,33	R\$ 407,00
Jardim Continental	28	37	75,68	R\$ 5.901,00
Jardim Da Mina	1	1	100,00	R\$ 112,00
Jardim Dom Henrique	2	2	100,00	R\$ 364,00
Jardim Eldorado	11	15	73,33	R\$ 1.967,00
Jardim Flamboyant	6	8	75,00	R\$ 1.345,00
Jardim Iolanda	28	33	84,85	R\$ 5.264,00
Jardim Itamaraty	32	48	66,67	R\$ 7.059,00
Jardim Mirante	3	3	100,00	R\$ 708,00
Jardim Monte Mor	77	112	68,75	R\$ 16.802,00
Jardim Ouro Verde	1	2	50,00	R\$ 261,00
Jardim Panorama	10	15	66,67	R\$ 3.028,00
Jardim Paraiso	11	13	84,62	R\$ 1.865,00
Jardim Paraiso Ii	3	7	42,86	R\$ 581,00
Jardim Planalto	6	11	54,55	R\$ 1.226,00
Jardim Real Park	8	13	61,54	R\$ 1.734,00
Jardim Sangri La	1	1	100,00	R\$ 310,00
Jardim Shangrila	4	5	80,00	R\$ 912,00
Jardim Universitario	2	2	100,00	R\$ 268,00
Jardim Vitoria (Bairro Vitoriana)	0	2	0,00	R\$ 105,00
Jardim Ype	9	10	90,00	R\$ 1.389,00
Parque Residencial Santa Maria	1	1	100,00	R\$ 182,00
Porto Said Vitoriana	27	36	75,00	R\$ 4.584,00
Recreio Jardim Da Mina	1	1	100,00	R\$ 147,00
Residencial Ouro Verde	1	1	100,00	R\$ 463,00
Residencial Vila Di Capri	1	2	50,00	R\$ 182,00
Rio Bonito	1	1	100,00	R\$ 182,00
Santa Maria Do Araqua	1	1	100,00	R\$ 147,00
Vila Antartica	32	40	80,00	R\$ 5.503,00
Vila Carmelo	2	2	100,00	R\$ 154,00
Vila Dos Lavradores	22	38	57,89	R\$ 4.388,00

Vila Esperanca	2	2	100,00	R\$	301,00
Vila Ferroviaria	18	24	75,00	R\$	3.483,00
Vila Nossa Senhora De Fatima	4	6	66,67	R\$	775,00
Vila Nova Botucatu	6	9	66,67	R\$	1.231,00
Vila Pinheiro	3	4	75,00	R\$	632,00
Vitoriana	52	74	70,27	R\$	10.566,00
Total	446	626		R\$	90.777,00
Valor Médio				R\$	145,01

APÊNDICE D – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO OESTE

BAIRROS	Básico	Nº Beneficiários	% Básicos	Valor Total
Bairro Capivara	2	2	100,00	R\$ 337,00
Bairro Chaparral	1	3	33,33	R\$ 518,00
Cartorio De Rubiao Junior	1	2	50,00	R\$ 266,00
Chacara Reunidas Vista Alegre	3	3	100,00	R\$ 557,00
Chacara Vista Alegre	3	3	100,00	R\$ 422,00
Chacara Vista Alegre Reunidas	2	3	66,67	R\$ 441,00
Faxinal	0	1	0,00	R\$ 105,00
Jardim America Rubiao Junior	1	2	50,00	R\$ 252,00
Jardim Bons Ares	1	1	100,00	R\$ 217,00
Jardim Botucatu	69	85	81,18	R\$ 13.256,00
Jardim Nossa Senhora Das Gracias	1	1	100,00	R\$ 156,00
Jardim Riviera	29	40	72,50	R\$ 6.090,00
Jardim Santa Elisa	86	107	80,37	R\$ 16.920,00
Jardim Saude	1	1	100,00	R\$ 217,00
Jardim Tropical	1	1	100,00	R\$ 95,00
Monte Alegre	1	1	100,00	R\$ 79,00
Nova California	1	1	100,00	R\$ 202,00
Nova California Ii	1	2	50,00	R\$ 287,00
Parque Bela Vista	1	1	100,00	R\$ 182,00
Parque Imperial	14	19	73,68	R\$ 2.545,00
Parque Marajoara	54	65	83,08	R\$ 9.886,00
Parque Tupy	4	6	66,67	R\$ 750,00
Recanto Arvore Grande	4	4	100,00	R\$ 693,00
Residencial Caima	38	58	65,52	R\$ 7.305,00
Rubiao Junior	109	153	71,24	R\$ 21.501,00
Rubiao Junior Vila Formosa	1	1	100,00	R\$ 89,00
Santa Elisa	4	6	66,67	R\$ 788,00
Parque Bela Vista	3	4	75,00	R\$ 830,00
Vila Formosa	1	1	100,00	R\$ 115,00
Vila Paraiso	1	1	100,00	R\$ 77,00
Vila Real	31	42	73,81	R\$ 5.261,00
Vila Sueleny Rubiao Junior	0	3	0,00	R\$ 329,00
Total	469	623		R\$ 90.768,00
Valor Médio				R\$ 145,70

Nota: Estes pertencem à região oeste de Botucatu-SP

APÊNDICE E – TABELA DOS BAIRROS PERTENCENTES A REGIÃO SUL

BAIRROS	Básico	Nº Beneficiários	% Básicos	Valor Total
Altos Da Serra	8	11	72,73	R\$ 2.176,00
Anhumas	4	7	57,14	R\$1.038,00
Aracatu	0	1	0,00	R\$105,00
Bairro Roseira	2	2	100,00	R\$345,00
Bairro Tres Pedras	1	1	100,00	R\$147,00
Chacara Recreio Do Havai	13	18	72,22	R\$2.242,00
Colonia Santa Marina	0	3	0,00	R\$252,00
Conjunto Habitacional Clemente Jorge Ron - Cohab V	8	11	72,73	R\$1.289,00
Conjunto Habitacional Doutor Antonio Del - Cohab VI	14	17	82,35	R\$2.829,00
Conjunto Habitacional Engenheiro Francis - Cohab III	8	14	57,14	R\$1.469,00
Conjunto Habitacional Flora Rica	1	2	50,00	R\$112,00
Conjunto Habitacional Humberto Popolo - Cohab I	67	85	78,82	R\$12.266,00
Conjunto Habitacional Joaquim Vernini - Comerciaários I	1	5	20,00	R\$371,00
Conjunto Habitacional Jose Antonio Lungo - Mutirão	5	11	45,45	R\$1.113,00
Conjunto Habitacional Jose Bicudo Filho - Comerciaários IV	4	6	66,67	R\$712,00
Conjunto Habitacional Leandro Alarcao Di - Comerciaários III	18	26	69,23	R\$3.453,00
Conjunto Habitacional Popular Altos	1	3	33,33	R\$217,00
Conjunto Habitacional Roque Ortiz Filho - Comerciaários II	7	9	77,78	R\$996,00
Demetria	2	2	100,00	R\$432,00
Jardim Aeroporto	36	53	67,92	R\$7.615,00
Jardim Do Bosque	2	2	100,00	R\$604,00
Jardim Do Cedro	12	14	85,71	R\$2.262,00
Jardim Maria Luiza	21	28	75,00	R\$3.725,00
Jardim Palos Verdes	17	27	62,96	R\$2.988,00
Jardim Reflorenda	5	8	62,50	R\$1.039,00
Jardim Santa Cecilia	11	15	73,33	R\$2.021,00
Jardim Santa Helena	1	1	100,00	R\$77,00
Jardim Santa Monica	22	32	68,75	R\$4.095,00
Lavapes	12	15	80,00	R\$2.027,00
Parque Dos Pinheiros	5	8	62,50	R\$1.199,00
Parque Residencial 24 De Maio	28	46	60,87	R\$6.420,00
Parque Residencial Convivio	27	36	75,00	R\$4.540,00
Parque Residencial Santa Maria I	61	73	83,56	R\$13.542,00
Parque Santa Ines	2	2	100,00	R\$406,00
Portal Das Brisas	1	1	100,00	R\$182,00
Recreio De Havai	1	3	33,33	R\$261,00
Residencial Cedro	8	16	50,00	R\$2.278,00
Residencial Santa Helena	1	2	50,00	R\$252,00

Residencial Santa Maria I	66	85	77,65	R\$15.559,00
Rio Pardo	1	1	100,00	R\$217,00
Santo Antonio Fazenda Nova America	0	1	0,00	R\$105,00
Veú Das Noivas	0	1	0,00	R\$147,00
Vila Cidade Jardim	26	44	59,09	R\$5.505,00
Vila Jardim	22	30	73,33	R\$3.888,00
Vila Juliana	1	1	100,00	R\$147,00
Vila Guimaraes	1	1	100,00	R\$79,00
Vila Santa Catarina	2	3	66,67	R\$448,00
Vila Santa Elisabeth	1	1	100,00	R\$77,00
Total	557	784		R\$113.269,00
Valor Médio				R\$ 144,48

Botucatu, ____ de _____ de 2015.

Monique Soares do Nascimento

De Acordo:

Prof.^a M^a. Maria Fernanda Martins

Orientadora

Prof. Me. Vitor de Campos Leite
Coordenador do Curso de Logística